

## RELATÓRIO COMISSÃO DE OBRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

A Comissão de Obras da Câmara Municipal de Ubá (CMU) realizou uma reunião, na última sexta-feira (13), com os engenheiros Alexandre Gonçalves Rodrigues e Antônio Wagner de Vasconcellos, da Secretaria Municipal de Educação, para tratar de possíveis irregularidades nas obras das creches municipais dos bairros Pires da Luz e Vila Casal, inauguradas em junho deste ano. A investigação do Poder Legislativo iniciou após o vereador Vinícius Samôr (PTdoB), membro titular da Comissão de Obras, solicitar as notas fiscais e relatórios das obras, constatando que o município já pagou o que devia a empreiteira, o que colocou sob suspeita a intenção de pagamento por parte da Prefeitura, que enviou à Câmara o projeto de lei nº 075/2015, que autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 300 mil a serem pagos à empreiteira Paineira Engenharia Ltda.

Além disso, os relatórios dos engenheiros apontam uma série de irregularidades cometidas pela empreiteira, que não concluiu as obras e realizou muitos serviços com materiais de qualidade inferior. “Não somos contra as creches, muito pelo contrário. Necessitamos de construir mais escolas e creches em Ubá, mas não podemos compactuar com o desperdício do dinheiro público, com pagamentos indevidos a empreiteiras e com atitudes políticas que não prezam pelo interesse público”, destacou o vereador Vinícius Samôr.

### A versão dos engenheiros

Participaram da reunião os vereadores Carlos Rufato (PSDB), Jorge Gervásio (PV), José Roberto Filgueiras (PT, suplente), Maurício Valadão (PTB), Oswaldinho Salgado (PV), Pastor Darci (PSC), Rafael Faêda (PP), Samuel Gazolla (PT) e Vinícius Samôr.

Em mais de uma hora de reunião, os engenheiros da Secretaria Municipal de Educação narraram aos vereadores a cronologia das obras, relatando os problemas e os contratemplos que a fiscalização teve com a empreiteira Paineira Engenharia Ltda.

A verba para a construção das creches, orçadas em R\$ 3.064.095,45, é oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O engenheiro Alexandre Gonçalves começou explicando que os projetos eram extremamente complexos. O primeiro problema com a empreiteira foi a respeito do que deveria ser feito na obra. De acordo com o profissional, a planilha de itens para a construção das creches elaborada pelo FNDE continha falhas. “A planilha apresentava erros graves. Por exemplo, não previa a implantação de vidros nas janelas. Aí, a empresa começou a escolher o que ia fazer, pois ela achava que não deveria fazer coisas que não estavam previstas no projeto. A questão é que a licitação foi feita em valor global da obra e não por preços unitários, ou seja, eles devem entregar a obra completa, pronta”, explicou o engenheiro.

A obra só foi inaugurada em junho deste ano. Alexandre Gonçalves aponta que isso se deveu ao ritmo com o qual a empreiteira levou o projeto. “A empresa tocou a obra do jeito que ela quis e não conforme o cronograma. Isso foi motivo para diversos embates entre fiscalização e empreiteira”, lembrou Alexandre. “Mas chegou num momento em que o FNDE negou qualquer outra prorrogação”, destacou. A partir de então, os engenheiros da Prefeitura chegaram ao impasse sobre como pagariam a empreiteira caso o contrato não estivesse mais vigorando. “Num ‘acordo de cavalheiros’, no último dia da vigência do contrato com o FNDE, resolvemos emitir as notas com os valores que ainda faltariam pagar à empresa assim que ela concluísse as obras. Nós emitimos as notas, mas as seguramos. A empresa disse que terminaria a obra em mais duas ou três semanas”, relatou Alexandre.

Correspondência Recebida em  
16/11/2015  
As 17:45 horas  
Ducanu

Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação". Por fim, a Prefeitura diz que o valor repassado pelo FNDE (R\$ 300 mil) já está à disposição, aguardando apenas a aprovação do Poder Legislativo para que o pagamento seja efetuado à empreiteira.

O argumento utilizado pelo município contradiz, de acordo com o vereador Vinícius Samôr, o extrato enviado pela própria Prefeitura que demonstra possuir em conta, depositado pelo FNDE, R\$ 129 mil, valor inferior aos R\$ 300 mil solicitados no projeto de lei.

Durante a reunião da Comissão de Obras da CMU, quando o engenheiro foi perguntado pelo vereador Vinícius Samôr se o município ainda devia algo a empreiteira, Alexandre foi categórico. "Não devemos nada. Muito pelo contrário. Ela é que nos deve a conclusão da obra. A Paineira fugiu numa atitude desonesta e muito me espanta que ela ainda não tenha sido punida", garantiu.

O projeto de lei volta à discussão no dia 16 de novembro na Câmara. O parlamentar Vinícius Samôr já adiantou o que irá ocorrer na sessão ordinária desta noite. "Nós vamos encaminhar todos os relatórios, toda essa situação, para o Ministério Público, solicitando uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme sugerido no relatório do engenheiro Alexandre Gonçalves", revelou o vereador.

Ambém presente à reunião, o procurador jurídico do município de Ubá, Dr. Rodrigo Ribeiro, que, após ouvir os relatos dos engenheiros e vereadores, sugeriu que o projeto de lei fosse retirado de tramitação.



The image shows three handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is for Vinícius Samôr, the second in the center is for Alexandre Gonçalves, and the third on the right is for Dr. Rodrigo Ribeiro. The signatures are cursive and vary in style.